



A ESCOLA DO DESEMPENHO: AVALIAR PARA QUÊ(M)?

Jonatan Fernando da Silva Reis¹

RESUMO

A escola, por ser uma instituição social, atende, em uma sociedade capitalista, via de regra, às conveniências econômicas desse sistema de organização social, sendo as funções sociais da educação alteradas em detrimento deste. Partindo dessa premissa, faz-se, neste trabalho, um recorte a partir da Educação Básica, utilizando-se a minha vivência institucional dos processos educativos, correlacionando-a ao objeto de análise discutido, uma vez que se procura demonstrar como questões que me pareciam individuais – a pressão por performance acadêmica e mecanismos de distinção entre estudantes, baseados na meritocracia e competição – são, na verdade, sistêmicas. Nesse sentido, a partir de uma perspectiva sócio-histórica, discute-se, neste trabalho, a questão do desempenho acadêmico na Educação Básica, pensando a lógica neoliberal. Pretende-se apresentar como essa lógica pode influenciar a questão do desempenho acadêmico na Educação Básica.

Palavras-chave: Educação Básica; neoliberalismo; desempenho acadêmico; meritocracia; avaliação.

INTRODUÇÃO

O objeto a ser discutido, teoricamente, neste trabalho, é o desempenho acadêmico na Educação Básica pensando a lógica neoliberal. Parte-se do pressuposto de que a educação em uma sociedade capitalista atende, via de regra, aos interesses próprios do capital, expressos, atualmente, por meio do neoliberalismo. Como nos indica Emir Sader, no prefácio de ‘A educação para além do capital’, “digam-me onde está o trabalho em um tipo de sociedade e eu te direi onde está a educação” (MÉSZAROS, 2008, p. 17). Dessa forma, podemos pensar como a educação, os processos educacionais e suas instituições são impactados pelo atual modelo societário, que sobrepõe suas conveniências econômicas às funções sociais dessa sociedade.

O interesse pela temática surgiu a partir da compreensão sobre as articulações entre educação e sistema econômico vigente, sobretudo após o meu ingresso em um curso superior com as características da licenciatura em Pedagogia no Instituto Multidisciplinar (IM) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), na Baixada Fluminense. Faz-se, neste trabalho, um recorte a partir da Educação Básica, utilizando-se a minha vivência institucional dos processos educativos, correlacionando-a ao objeto de análise pesquisado,

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares (PPGEduc) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), jonatansilvareis@ufrj.br



uma vez que se procura demonstrar como uma questão que me parecia individual é, na verdade, coletiva, sistêmica.

Objetiva-se apresentar como a lógica neoliberal pode influenciar a questão do desempenho acadêmico na Educação Básica. A opção metodológica para a discussão proposta, constituída pelo memorial acadêmico, é tomada partindo do pressuposto de que a mesma possibilita um exercício reflexivo de autoconhecimento, indissociável das bases teóricas até então construídas. Pensando o processo formativo de um recém licenciado em Pedagogia, isso é de suma importância, ao passo que “o autoconhecimento poderá inaugurar a emergência de um *eu* mais consciente e perspicaz para orientar o futuro de sua relação e reexaminar, na sua caminhada, os pressupostos de suas opções” (JOSSO, 2010, p. 60, destaque do autor), de forma que um especialista em educação não deve desconsiderar o campo de disputas de interesses que acontece na área educacional, entendendo-se a função social e política que possui.

Dessa forma, com o intuito de articular as experiências enquanto estudante da Educação Básica e os debates incorporados ao meu processo formativo a partir do ingresso ao Ensino Superior e o tipo de sociedade em questão, destaco algumas constatações empíricas e pessoais relacionadas à minha trajetória acadêmica. No que se refere à Educação Básica, temos alguns valores incentivados na cultura escolar, como a competitividade e concorrência, especialmente induzidos por avaliações internas e externas, até culminar no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), porta de entrada para o Ensino Superior. Entendo não ser possível tratar do desempenho acadêmico sem atrelá-lo à noção de avaliação, de maneira que essa relação será melhor tratada ao longo deste trabalho.

Durante algum tempo, acreditei que a competitividade e o sentimento de concorrência em termos acadêmicos eram características da minha personalidade, sem associá-las, necessariamente, à minha formação escolar, na qual os processos avaliativos estavam muito relacionados à distinção entre os estudantes. Contudo, esse sentimento não se trata de uma questão meramente pessoal ou individual ou, ainda, restrita ao espaço escolar, tendo em vista que “com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a *forma de nossa existência*, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos.” (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 15, destaque dos autores)

Nesse sentido, ao revisitar essas experiências de pressão por desempenho acadêmico, é possível perceber como alguns mecanismos meritocráticos forjados na Educação Básica, presentes em escolas públicas e privadas, foram responsáveis por produzir certa ‘forma de existência’ não apenas de um estudante, mas de uma pessoa que naturaliza a lógica

concorrencial. Alguns exemplos pontuais são: ‘Quadro de Honra’, papel no qual os três estudantes com as maiores médias bimestrais de cada turma eram elencados, e que ficava exposto a quem passasse pelo pátio central da escola; medalhas de ‘honra ao mérito’ para os estudantes com as maiores médias anuais da escola; ‘Estudante do Mês’, escolhido por professores, uma espécie de honraria certificada destinada aos estudantes que se destacavam positivamente na turma, como através de melhora do desempenho escolar.

Com o passar dos anos, percebi que a competitividade acadêmica tão enraizada em mim não se tratava meramente de uma característica da minha personalidade, mesmo antes de elaborar tal ideia mentalmente ou fazer qualquer leitura nesse sentido, como já mencionado e indicado através de Dardot e Laval (2016). Não havia refletido, ainda, sobre como essas consequências estão inseridas em um contexto de construção de subjetividades outras a partir da aproximação, ora mais próxima, ora mais distante, da escola ao funcionamento das empresas. Nesse sentido, a Educação Básica parece constituir um preparatório para a etapa de Ensino subsequente, quando cursada ou, no mínimo, prepara os futuros trabalhadores para a sujeição a um trabalho explorado e a uma sociedade individualista e meritocrática, ainda que haja rupturas e nenhum de nós esteja totalmente determinado do ponto de vista social. Contudo, ressalta-se que não devemos desconsiderar condicionantes sócio-históricos nesse processo.

Em consonância com as leituras realizadas na Universidade acerca da relação entre sociedade capitalista e por esses constantes processos reflexivos de autoconhecimento, optou-se por analisar o desempenho acadêmico na Educação Básica, que entendo ser atravessado pela lógica neoliberal e, portanto, mercadológica. Infere-se, a partir disso, que a lógica do neoliberalismo parece condicionar a questão do desempenho acadêmico nesta etapa de Ensino, visto que, como já apontado, a formação acadêmica para o trabalho em uma sociedade capitalista atende aos interesses próprios desse sistema econômico. Compreendo essa questão como sendo central para refletir os rumos que essa etapa de Ensino tem tomado e algumas de suas consequências, partindo de uma perspectiva sócio-histórica, já que os objetivos da educação, na lógica neoliberal, são alterados em detrimento dos interesses da sociedade de mercado, ponto de partida para a escrita deste trabalho.

METODOLOGIA

Como indicado anteriormente, este relato de experiência constitui um exercício reflexivo de um outrora estudante da Educação Básica que, ao ingressar no Ensino Superior em Pedagogia, passa a problematizar com mais propriedade a naturalização da competição e

hierarquização dos estudantes naquela etapa de ensino. Para isso, utiliza-se o memorial acadêmico, articulado a referenciais teóricos que nos ajudam a refletir como a questão do desempenho acadêmico na Educação Básica é atravessada pelo neoliberalismo.

Destaca-se que esta escrita é um recorte de uma pesquisa realizada enquanto eu estava vinculado ao curso de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ, Campus Nova Iguaçu, e possui caráter bibliográfico, partindo-se de uma perspectiva sócio-histórica. Seu diferencial está no fato de ser um exercício autorreflexivo de um pedagogo, na ocasião, em vias de se formar, constituindo um relato de experiência, nesse sentido, diferenciado, pensando a futura atuação profissional.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

[...] muitas vezes, na sociedade capitalista, quase tudo pode ser mensurado, expresso em números, até a aprendizagem, de certa forma. É difícil sair da lógica da nota escolar e de seus impactos negativos sobre os estudantes. É uma forma de limitação no que tange ao enxergar o ser humano em sua forma mais ampliada o possível. Há de se ter um parâmetro para apontar se um estudante está apto ou não a prosseguir seus estudos, mas o apego desmedido às notas escolares vem se mostrando traumático e falho (REIS, 2021, p. 143).

O trecho acima foi escrito durante o período de isolamento social, em 2020, como proposta para o X Colóquio Internacional de Filosofia e Educação (CIFE), organizado pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Em um exercício reflexivo, a questão das notas escolares me mobilizou de algumas formas. Na ocasião, eu começava a compreender com mais clareza como a avaliação escolar, muitas vezes reduzida ao produto da nota – esta, por vezes, sobrevalorizada e utilizada para classificar e hierarquizar os estudantes, como trataremos mais adiante –, estava atrelada ao contexto do capitalismo como forma de organização da sociedade, no qual tudo que tende a ser traduzido em números, pode ser mensurado.

Construí uma linha de raciocínio no sentido de que a escola brasileira tende a sobrevalorizar algumas inteligências em detrimento de outras, como as ligadas ao Português e à Matemática. Com isso, as habilidades referentes a essas inteligências são mais estimuladas, o que faz com que outros tipos de inteligência, como a corporal-cinestésica, por exemplo, fiquem às margens do trabalho escolar. Dessa forma, ao priorizar o trabalho com alguns tipos apenas de inteligência, aqueles estudantes com as habilidades melhor desenvolvidas no que a escola escolhe priorizar, tendem a se sair melhor e são melhor reconhecidos por isso. Consequentemente, em uma sociedade que mensura tudo, inclusive a aprendizagem, há um

caráter de estigma desses estudantes, hierarquizando-os, sobretudo, a partir do signo da nota escolar.

Por mais que ainda não estivesse explícito em minha escrita, meu desejo era entender melhor sobre as avaliações e de que forma elas são pensadas. Mais que isso: na escola que estou adjetivando como sendo do desempenho, avalia-se para quê e para quem? Compreendo que essas indagações são fundamentais para desvelar o real motivo de se avaliar da forma classificatória e meritocrática que é comum na Educação Básica, incentivando-se, muitas vezes, a competição entre os estudantes e deles com eles mesmos. Antes de realizarmos algumas interlocuções teóricas com autores da área de avaliação, é necessário discutir outros pontos importantes para a construção deste trabalho.

Durante algum tempo, acreditei que a competitividade e o sentimento de concorrência em termos acadêmicos eram características da minha personalidade, sem associá-las, necessariamente, à minha formação escolar, na qual os processos avaliativos estavam muito relacionados à distinção entre os estudantes. Contudo, esse sentimento não se trata de uma questão meramente pessoal ou individual ou, ainda, restrita ao espaço escolar, tendo em vista que:

O neoliberalismo não destrói apenas regras, instituições, direitos. Ele também *produz* certos tipos de relações sociais, certas maneiras de viver, certas subjetividades. Em outras palavras, com o neoliberalismo, o que está em jogo é nada mais nada menos que a *forma de nossa existência*, isto é, a forma como somos levados a nos comportar, a nos relacionar com os outros e com nós mesmos. (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 15, destaque dos autores)

Compreendo que o neoliberalismo forja determinadas formas de existência, como indicam Dardot e Laval (2016). Minha trajetória acadêmica possui elementos que não estão relacionados apenas ao estudante que fui, em uma escola da rede particular do município de Queimados – RJ, na qual estudei durante todo o meu Ensino Fundamental, entre os anos de 2006 e 2013. Certamente, do ponto de vista individual, internalizei que a competição era inerente à cultura escolar. Mais que isso, natural das escolas, podendo se estender tanto às instituições privadas como às públicas. Abaixo, segue uma imagem ilustrativa da cultura meritocrática incentivada pela escola onde estudei.

Figura 1 – recebimento do certificado de conclusão do Ensino Fundamental, por parte do autor, em dezembro de 2013, em uma escola da rede particular do município de Queimados. Atentar para a faixa dourada, a medalha e a mensagem inscrita no envelope do certificado.





Fonte: imagem do autor.

Em dezembro de 2013, quando concluí o Ensino Fundamental, recebi, das mãos da Diretora da escola, meu certificado de conclusão dessa etapa da Educação Básica. No envelope que continha tal certificação, a inscrição ‘Educação se faz com confiança’ chama a atenção. Tal confiança, via de regra, era obtida através do desempenho acadêmico dos estudantes. Não por acaso, na figura 1, apareço com uma faixa na cor dourada nos ombros e uma medalha pendurada no pescoço. Tais símbolos indicavam que eu era o 1º colocado do ‘Quadro de Honra’ da escola. Ou seja, tive a maior média bimestral (e anual) da minha turma. Por isso, a medalha. Pelo mesmo motivo, e pelo fato de se tratar de uma festa de formatura, a faixa dourada era utilizada pelo ‘melhor’ estudante.

Figuras 2 e 3 – recebimento do certificado de ‘Estudante do Mês’, por parte do autor, em ocasiões distintas do Ensino Fundamental, em uma escola da rede particular do município de Queimados. Atentar para as palavras inscritas nas fotos, divulgadas no site e redes sociais da escola.



Fonte: imagens do autor.

Em alguns momentos compreendidos entre os anos de 2006 e 2013, enquanto eu era estudante dessa escola, recebi distinções ligadas ao tipo de estudante que enxergavam em mim. Tais distinções eram realizadas através de certificados de ‘Estudante do Mês’. As professoras eram responsáveis por escolher aqueles estudantes que, de alguma forma, haviam se destacado em cada um dos bimestres escolares. Era frequente que eu recebesse esses certificados, como os que constam nas figuras 2 e 3.

Entendo que o recorte feito a partir das imagens trazidas demonstra a recorrência de algumas ideias, explícitas ou implícitas, como: ‘Honra ao mérito’, ‘excelência acadêmica’, ‘superação’. Por isso, a partir de Han (2015), compreendo que, ao longo do tempo, fui tendo dificuldades em não ser aquele estudante – e pessoa – que mais se destacava academicamente, que se superava a cada bimestre e, por isso, merecia todas as honras e méritos. Isso representa um afastamento da experiência da negatividade, ou seja, em uma sociedade do desempenho, neoliberal, é necessário que o indivíduo supere os outros e a si mesmo a todo momento, sem exceção. Em face à falha, nessa missão ‘mais que impossível’, tendo em vista que somos humanos e, conseqüentemente, falhos, sentimo-nos incapazes e fracassados.

Viver nessa sociedade do desempenho e performar a forma de existência que ela forja, dos “sujeitos de desempenho e produção” e “empresários de si mesmos” (HAN, 2015, p. 14), se torna uma experiência cansativa. A escola, no contexto da Educação Básica, passa a contribuir com esse cenário, ao passo que está inserida na sociedade neoliberal e é uma instituição social. Dessa maneira, minha experiência no Ensino Fundamental me impulsionou e foi catalisadora de reflexões para esta escrita, pois compreendo, no meu atual momento formativo, que a mesma não foi construída com competição, ode ao mérito e com culto às avaliações classificatórias e hierarquizantes porque foi comigo, um indivíduo, mas porque o sistema educacional se inclui na engrenagem que faz funcionar e mantém o sistema capitalista vigente, reproduzindo e reforçando alguns de seus mecanismos.

Além disso, um dos termos recorrentes ao longo da minha experiência na Educação Básica foi o mérito, o que nos leva a outro termo que se relaciona muito com a discussão aqui tecida, meritocracia. Sandel (2021) nos leva a refletir como, em um contexto aristocrático, a meritocracia aparece como solução perfeita. Contudo, ao invés de tal ideologia, que prega que todos nós deveríamos ascender até onde nosso talento e o nosso trabalho árduo nos levassem, por mais humilde que seja nossa origem, extinguir a sorte nas condições de ascensão social apenas justifica e naturaliza as desigualdades e premia, de acordo com determinadas circunstâncias, quem serão os bem afortunados da vez.

Ainda de acordo com Sandel (2021), com a meritocracia, a proposição de que recebemos o que merecemos na vida, diferentemente da arbitrariedade moral de uma sociedade de classes aristocrática, é predominante. Na verdade, dessa maneira, passamos a ter uma espécie de arrogância meritocrática, de modo que as classes altas não são mais enfraquecidas pela autodesconfiança e autocrítica. Embora possa parecer trivial, a ideologia meritocrática possui efeitos na vida pública, ou seja, na coletividade, para além de ser um discurso individualista. Do ponto de vista educacional, como a meritocracia atua na estima

social de estudantes da Educação Básica, que se sentem mais ou menos capazes a partir da forma como são avaliados e classificados, o que coaduna com a hipótese que essa experiência é cansativa, justamente por ser constituinte da nossa sociedade do desempenho.

Ainda seguindo essa linha de raciocínio, a análise filosófica de Sandel (2021) acerca da meritocracia e do que ele denomina como tirania do mérito, ou seja, a arrogância e tendência da ideologia meritocrática de dividir o mundo, em linhas gerais, entre perdedores e vencedores, desconsiderando condicionantes sócio-históricos e responsabilizando única e exclusivamente as pessoas por seus sucessos ou fracassos, perpassa os campos da ética, da moral e da política. Se você está onde está, é porque mereceu – ou não. Temos, então, uma perspectiva individualista e que responsabiliza os indivíduos, característica das sociedades neoliberais, sendo uma de suas expressões máximas.

Defendo que a ideologia meritocrática, que naturaliza desigualdades, está presente nas sociedades e, conseqüentemente, em suas instituições. No caso brasileiro, podemos pensar como tal ideologia está presente no contexto educacional. Os elementos aqui comentados de Sandel (2021) contribuem para articularmos melhor a discussão ao surgimento do termo meritocracia, o qual é frequentemente materializado no discurso social brasileiro e mundial. A partir de tal discurso, podemos pensar, em interlocução com Sandel (2021), sobre quais são os talentos, as habilidades, que uma sociedade de mercado valoriza mais, inclusive, na Educação Básica.

Retomando os pontos que elencamos no início deste capítulo, podemos pensar que os escolhidos na sociedade do desempenho, meritocrática, normalmente, são a minoria, inclusive quando tratamos de mecanismos de distinção entre estudantes da Educação Básica. Existe uma cultura da avaliação e da premiação nas escolas, expondo os melhores e os ‘outros’. É nesse contexto que considero pertinente questionar a forma que se avalia nas escolas, pois não interessa a uma educação para a humanização e desenvolvimento dos estudantes que a avaliação possua caráter restritivo. Na sociedade do desempenho, em sentido contrário, a escola passa a atestar – para se empregar a palavra adequada ao contexto – a capacidade ou incapacidade dos seus estudantes, o que pode ser relacionado com o excerto acima. Vale destacar que isso ocorre no que diz respeito ao que as instituições escolares elegem como sendo prioritário e a forma como conduzem suas propostas pedagógicas, que não são neutras, tendo em vista que estamos tratando de uma instituição social.

Conforme Esteban e Pina (2021), partindo de um pressuposto freiriano, “como todo ato pedagógico, a avaliação é um ato político. Reconhecê-la deste modo implica na afirmação dos vínculos entre avaliação que praticamos e o projeto de educação a que nos filiamos,

relacionado a nossos modos de ser, compreender e estar no mundo.” (p. 421). Nesse sentido, é de fundamental importância reconhecer que avaliar não constitui um ato de neutralidade, seja aquela avaliação na modalidade escolar ou em larga escala. As autoras discorrem como a avaliação classificatória, de que tratamos neste texto e preponderante na Educação Básica, com o predomínio do exame, tende a silenciar determinados estudantes, sobretudo aqueles das classes populares, ao passo que busca homogeneizar sujeitos e hierarquizá-los.

A avaliação voltada à mensuração do desempenho individual dos sujeitos e consequente classificação hierárquica dos mesmos está presente na realidade dos estudantes ao longo de todo o contexto institucional da educação. Nesse sentido, quando menciono algumas das minhas vivências escolares da Educação Básica, não se trata de uma experiência puramente individual, mas de uma questão própria da instituição educacional e das condições histórico-sociais da sociedade, tendo em vista que “no modelo hegemônico de avaliação mantém-se o predomínio de aferição do desempenho e classificação hierárquica das/os estudantes, alheias à complexidade das aprendizagens e às múltiplas dimensões que constituem a escolarização.” (ESTEBAN e PINA, 2021, p. 421). É válido destacar que avaliar não significa apenas realizar exames, ainda que essas ações frequentemente se confundam no interior da escola. Como já pontuamos, a forma classificatória de avaliar pode gerar um apagamento de determinadas habilidades outras, que não aquelas privilegiadas pela escola. Sobretudo quando as práticas avaliativas resultam em:

[...] conclusões pouco significativas para muitos dos sujeitos submetidos à avaliação. A uniformização dos processos, a centralização na elaboração de instrumentos e a padronização/quantificação dos resultados orientam e justificam a classificação de estudantes, mas se mostram ineficazes para dar visibilidade às diferentes aprendizagens realizadas, as suas conexões com as propostas de ensino e com o contexto social e aos modos de organização do trabalho na escola. (ESTEBAN; PINA, 2021, p. 422-423)

É esse movimento de priorização da avaliação classificatória que se aproxima de processos de exclusão. Podemos nos questionar, nesse sentido: avalia-se para quê? E para quem? O que uma prova (exame) prova? Um dos aspectos apontados por Esteban e Pina (2021), que se relaciona a essas indagações, diz respeito à redução da autonomia docente, ao passo que o mesmo se torna um ‘técnico’ que aplica o que instâncias estatais superiores determinam, o que está atrelado a processos avaliativos internos e externos, perdendo seu caráter de intelectual e mobilizador de transformações.

Nesse contexto, entendo que existe um vínculo entre a avaliação educacional, processos classificatórios e a produção da desigualdade escolar. Em situações em que

mecanismos meritocráticos de distinção operam na escola, temos que alguns estudantes se tornam os ‘eleitos’, enquanto a maior parte dos colegas não passa pelo mesmo. Certamente, eles podem ‘se esforçar mais’, a ponto de ‘merecerem’ estar no lugar mais alto do pódio. Esse movimento de avaliação classificatória, portanto, pode ser entendido como produtor da desigualdade escolar.

Compreendemos que, ao se tomar o exame como o meio prioritário e mais adequado para mensurar o desempenho, há o atrelamento entre esse tipo de mensuração e a aprendizagem (ESTEBAN e PINA, 2021), como se esta fosse espelho daquela, promovendo um apagamento e silenciamento de determinados estudantes. Aqueles que não se adequam ao modelo hegemônico de avaliação, ou seja, ao padrão exigido pelas escolas, são estigmatizados. Vale destacar que essas articulações estão relacionadas a um contexto maior, para além dos muros das escolas.

Freitas (2010, p. 94) aponta que “a avaliação não cumpre só a função de verificar o conhecimento que o aluno tem, mas ainda controla seu comportamento na sala de aula e na escola, bem como, pelas práticas cotidianas da escola, inculca valores e atitudes, cuja ancoragem final está no processo de avaliação.”. Dessa forma, existe uma relação entre avaliação e subordinação, esta expressa no poder da escola e do professor sobre seus estudantes. Não se trata de negar a importância do processo avaliativo, nem somente de tecer críticas à avaliação classificatória e hierarquizante. O cerne das implicações que as avaliações possuem nos estudantes, a nosso ver e embasados em Freitas (2010, p. 94), está para além disso, tendo em vista que “a forma da avaliação existente nas escolas está intimamente ligada à forma escolar constituída pelo sistema capitalista a partir de seus objetivos educacionais.” (FREITAS, 2010, p. 94). Isso significa que não bastaria realizar uma avaliação supostamente não classificatória se a forma de organização social vigente é o capitalismo, pois este implica, necessariamente, a subordinação da sociedade aos seus interesses, expressos pelas classes dominantes. A escola, como instituição social, reproduz esses interesses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao discutir, neste trabalho, algumas noções ligadas ao processo avaliativo e às notas escolares, buscamos demonstrar como uma experiência individual, na verdade, refletia a construção de subjetividades pretendida pelo neoliberalismo. O sistema econômico e modo de organização social vigente, o neoliberalismo, produz certos tipos de subjetividades, que sejam

funcionais à sua manutenção. Por isso, a educação ocupa lugar central no sentido de inculcar determinados valores nos indivíduos, fazendo-os naturalizar a lógica concorrencial.

Penso que, ao propor discutir essas questões, partindo do relato de experiência de um recém egresso de uma Licenciatura em Pedagogia, possa contribuir, de alguma forma, para uma reflexão conjunta dos atores da escola acerca do desempenho acadêmico na Educação Básica e o real motivo para se avaliar da forma hierarquizante e meritocrática que normalmente fazemos nessa etapa de ensino. A partir desse processo autorreflexivo, indispensável à atividade docente, compreendo que outros profissionais egressos das licenciaturas podem problematizar, avaliar e reavaliar algumas práticas de professores que tiveram na Educação Básica e perceber que algumas delas, que reforçam a ideia de uma escola positiva e do desempenho, não foram interessantes para sua formação, contribuindo para inseguranças e estigmas que carregam até hoje. Por mais que, individualmente, não se dê conta de revolucionar a educação, rompendo totalmente com esses mecanismos que estão associados ao contexto econômico, e que, portanto, impactam a avaliação, essas reflexões podem, no mínimo, fazer com que esses profissionais repensem práticas e mecanismos que não atendem a uma educação mais crítica e que contribuem para o desenvolvimento humano restritivo de seus estudantes.

A partir das questões levantadas acima, podemos pensar as articulações possíveis entre o neoliberalismo e educação, partindo do pressuposto que as instituições sociais, no sistema econômico vigente, têm seus objetivos primeiros alterados pelo mesmo, em nome de sua manutenção. A escola, como não poderia ser diferente, é uma dessas instituições, e reproduz alguns mecanismos da sociedade neoliberal, como a meritocracia e a competição. Procurei discutir como questões que poderiam parecer individuais, de estudantes que ‘gostam’ de competir, são, na verdade, sistêmicas.

Portanto, compreendo que a lógica do neoliberalismo condiciona a questão do desempenho acadêmico na Educação Básica. Isso porque essa formação acadêmica para o trabalho em uma sociedade capitalista atende aos interesses próprios desse sistema econômico, conformando os indivíduos de acordo com padrões de existência e sociais muito específicos, baseados, atualmente, na concorrência indiscriminada e no mérito. Essa perspectiva, de natureza sócio-histórica, nos permite desvelar discursos e práticas muito presentes na sociedade e, por extensão, nas escolas. Ao refletir sobre essas questões, proponho que a visão sistêmica substitua a percepção disjuntiva da individualidade, ao passo que isso pode criar rupturas e possibilidades de pensar um outro mundo possível, uma outra escola e educação possíveis.



REFERÊNCIAS

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. 402p.

ESTEBAN, Maria Teresa; PINA, Bruna de Souza Fabricante. Silenciamento e diálogo na avaliação escolar. **Revista Teias**, [S.l.], v. 22, n. 67, p. 420-433, out./nov. 2021. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/teias.2021.52977>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/52977>. Acesso em: 10 dez. 2022.

FREITAS, Luiz Carlos de. Avaliação: para além da “forma escola”. **Educação: Teoria & Prática**, S.L., v. 20, n. 35, p. 89-99, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/4086>. Acesso em: 16 dez. 2022.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Tradução de Enio Paulo Giachini. Petrópolis: Vozes, 2015. 80 p.

JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Paulus, 2010. 288p.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. 126p.

REIS, Jonatan Fernando da Silva. O mito da nota escolar. In: GAIVOTA, Daniel; MARTINS, Fabiana Fernandes Ribeiro; KOHAN, Walter Omar. **Afirmar, inventar, re-existir**: o que pode uma educação filosófica? – Volume 2 textos individuais e estudos coletivos. Rio de Janeiro: Nefi, 2021. 1128p. Disponível em: <http://filoeduc.org/nefiedicoes/colecoes.php>. Acesso em: 28 nov. 2022.

SANDEL, Michael J. **A tirania do mérito**: o que aconteceu com o bem comum? 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021. 350 p. Tradução de Bhuvli Libanio.

